

# Educação também enfrentará CPI

Câmara aprova requerimento para investigação e rejeita emenda que incluiria período do governo Cristovam no inquérito

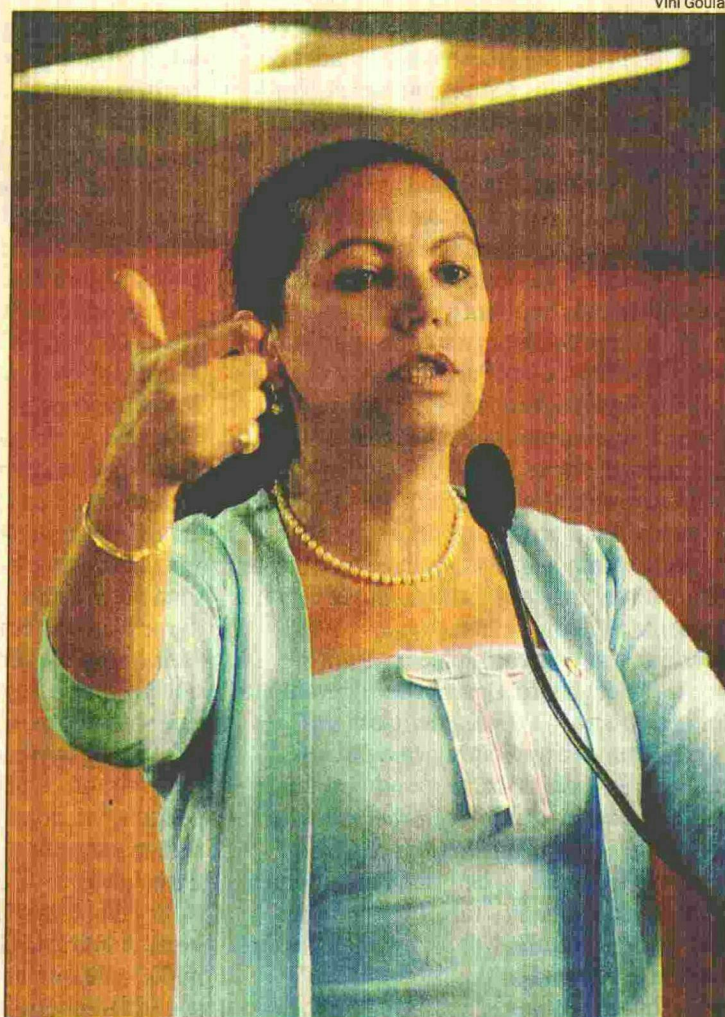
MARIANA SANTOS

As gestões da Secretaria de Educação durante os últimos seis anos do governo Joaquim Roriz entraram na mira da Câmara Legislativa. Ontem, os deputados distritais aprovaram um pedido de abertura de CPI para investigar supostas irregularidades na contratação de professores temporários e fraudes nas licitações de transporte escolar. O governo tentou retroceder as investigações para 1995, e não mais 1999, abarcando o período em que Cristovam Buarque (PT) esteve à frente do GDF. Porém, a proposta de emenda não recebeu os 13 votos necessários para ser aprovada.

A segunda CPI instalada na Casa marcou o segundo golpe sofrido pelo governo em apenas uma mesma semana. Na última terça-feira, os distritais aprovaram abertura de CPI para apurar denúncias de favorecimento do hospital Santa Juliana no uso de recursos públicos.

Sob clima tenso, a sessão ontem foi marcada por uma série de discursos contundentes na tribuna. Antes da apreciação da emenda, a líder do governo, Anilcéia Machado, acusou Cristovam de ter iniciado as supostas irregularidades apontadas pela CPI, ao ter dispensado licitação em 1998 para contratar emergencialmente a empresa Jovem Turismo. Ao ser vaiada pelos professores que acompanharam a votação da galeria, disparou: "as verdades doem". Sem os votos necessários para ver a emenda aprovada, Anilcéia disse que o PT negou-se a ser investigado.

— Querem pegar carona para nos colocar uma gestão séria no mesmo patamar de uma gestão séria — respondeu



Vini Goulart

**ANILCÉIA** acusou o PT de se recusar a ser investigado

Arlete Sampaio (PT), vice-governadora do DF na época.

Entusiasta de uma comissão que investigue sua desfeita Eurides Brito (PMDB), o deputado José Edmar (Prona) ressaltou que a Secretaria de Educação "sempre foi balcão de negócios".

Antes da votação do requerimento o senador Paulo Octávio (PFL) reuniu-se com os seis governistas da Frente Democrática (bloco que reúne Prona, PPS, PT, PDT, PP e PFL) e pediu que tentassem adiar a votação da CPI.

— Pode acumular com a CPI da Saúde e ter os trabalhos prejudicados — justificou o senador, adiantando, após a conver-

sa, que não seria atendido. Paulo Octávio disse ainda que não ser "ideal" que distritais ligados a ele estivessem ajudando na criação de uma nova dificuldade a Roriz na Câmara.

Augusto Carvalho, do PPS, explicou que a iniciativa para pedir uma CPI surgiu no ano passado, quando um ex-assessor de Eurides Brito, Manoel Carneiro, procurou-o para denunciar fraudes na contratação de transporte escolar durante gestão da distrital. Segundo Augusto, existe investigação aberta no Ministério Público do DF sobre o caso, assim como sobre a contratação de quase 5 mil professores temporários por ano desde 2000.